



MOÇÃO

Sobre o documento intitulado “Guião para a Reforma do Estado”

O País tem vindo a assistir a uma operação mediática em torno do documento recentemente apresentado pelo Vice-Primeiro-Ministro, intitulado “Guião para a “Reforma do Estado”. Ao contrário do que é propagandeado, este é um documento com profundos conteúdos políticos e ideológicos de tentativa de subversão das funções sociais do Estado, que procura aniquilar os direitos sociais e laborais previstos na Constituição da República Portuguesa.

Aqueles que têm vindo a ajustar contas com a Revolução de Abril e, ano após ano, a atacar direitos e a alienar soberania, querem agora dar a machadada final e remover de vez o que de mais progressista, justo e avançado tem a nossa Constituição, e, para alcançar tais objetivos, intervêm publicamente apelando a “compromissos” em torno de um programa comum nesse sentido.

Face a esses apelos que vêm a público por parte do Governo e dos seus aliados, como por exemplo o actual Presidente da República, importa sublinhar que, não só um tal “programa” e um tal “compromisso” se afiguram irrealistas, como é contraproducente retomar “compromissos” que a experiência recente do País mostrou serem um álibi para manter o estado das coisas: manter o mesmo rumo de recessão económica, de desemprego, de exploração dos trabalhadores e empobrecimento das populações e das classes trabalhadoras.

Não é possível nem aceitável uma “Reforma do Estado” quando o “guião” apresentado pelo Governo, considera que apenas quatro áreas não são delegáveis: Defesa; Segurança; Diplomacia e Justiça. Nem tão pouco quando se sabe que o que está em causa, com este Governo, é uma opção ideológica e de classe, que visa a privatização dos serviços públicos e a destruição das Funções Sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança Social) e das Funções de Serviço Público de Proximidade de iniciativa das próprias Autarquias Locais.

Entre outros, foi apresentado um “estudo” sobre a reforma do Estado em Portugal, pelo Fundo Monetário Internacional, solicitado e pago pelo Governo, que preconiza a redução da dimensão do Estado e a redução adicional da despesa pública em 4 mil milhões de euros. É preocupante esta proposta tendo em conta a ameaça que comporta sobre o urgente e indispensável processo de retoma do crescimento económico e sobre a própria concepção de Estado Social. O Governo e o FMI ignoram em absoluto as acções de melhoria da qualidade dos serviços públicos e a importância das funções sociais e económicas do Estado.

A “Reforma do Estado” apontada pelo Governo, confinada à lógica do corte indiscriminado da despesa, sobretudo da redução do número de funcionários públicos, da diminuição das remunerações, das prestações sociais e das pensões de reforma, de modo a comprimir a despesa pública, representa, por outro lado, um ataque brutal às condições de vida da imensa maioria dos portugueses.

O Estado, as suas características, os critérios de designação dos seus órgãos, a medida e o sentido do exercício das suas funções, a inclusão no processo de decisão política e administrativa da participação e intervenção popular, representam simultaneamente um objetivo programático autónomo e uma condição de realização de outros objetivos programáticos.

A política que pode e deve mobilizar o país é uma política alternativa à que tem sido seguida e que conduziu à dramática situação que estamos a viver, é uma política alternativa à austeridade que tem empobrecido as classes trabalhadoras, condenando à miséria milhares de pensionistas e reformados, arruinado a vida das famílias e destruído economicamente Portugal.

Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Comunista Português (**PCP**) e do Partido Ecologista “**Os Verdes**”, a Assembleia de Freguesia do Lumiar, reunida em sessão ordinária no dia 2013-12-19, delibera:

1. Repudiar as orientações apontadas no documento intitulado “Guião para a Reforma do Estado”, publicamente apresentado pelo Governo;
2. Pronunciar-se pela urgente necessidade de uma mudança de políticas, que consagre e defina o Estado democrático e as suas funções como parte constitutiva, instrumento, expressão e garante da democracia, em todas as suas vertentes, no integral respeito e cumprimento da Constituição da República Portuguesa.
3. Dar conhecimento desta Moção ao Governo, aos Grupos Parlamentares e à Junta de Freguesia do Lumiar para publicitação no seu sítio web, no Boletim da Junta e nos restantes locais públicos.

Assembleia de Freguesia do Lumiar, 19 de Dezembro de 2013

Alberto Lopes Grijó

J. L. Sobreda Antunes

APROVADA POR MAIORIA

- 6 votos contra
- 1 abstenção
- 12 votos a favor